

Políticas públicas de geração de trabalho e renda e sua articulação com a Economia Solidária

Autores: Arlete Candido Monteiro Vieira (ABPES ASSOC BRAS PESQ ECON SOLIDARIA)

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre as políticas públicas de geração de trabalho e renda, considerando os empreendimentos de Economia Solidária como saída viável a questão de exclusão social gerada pelo desemprego. Propõe uma análise articulada das formas de atuação do poder público em fomentar tais atividades. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa exploratória que se baseia em uma pesquisa empírica, de base qualitativa que compreendeu duas cooperativas populares localizadas no Vale do Paraíba Paulista, onde foram utilizados os instrumentos de observação e análise documental do processo de constituição e funcionamento de cooperativas populares de reciclagem de resíduos sólidos. O estabelecimento de políticas públicas de promoção social provou ser fator de suma importância para o desenvolvimento dos empreendimentos analisados, porque com o apoio governamental as ações fluem com maior facilidade e a sociedade civil será envolvida de forma natural.

Palavras chave: economia solidária, cooperativa popular e políticas públicas.

1. Introdução

O tema da Economia Solidária assume uma grande relevância no atual quadro do trabalho, na presença de um grande número de trabalhadores excluídos, todas as iniciativas que, de algum modo, possam gerar renda e trabalho devem ser fomentadas e apoiadas por todos os atores da cena social, sejam eles o Estado, o Mercado ou a Sociedade Civil.

A economia solidária - ES tem também ocupado espaços crescentes na atividade econômica, nas reflexões acadêmicas e na institucionalidade, em meio ao surgimento de diversas iniciativas dos trabalhadores que vem se organizando em associações e cooperativas por todo Brasil.

Atualmente as experiências de economia solidária atuam como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e do mercado indicando um potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

Esses empreendimentos têm instituições de representação política, como:

- UniSol Brasil - criada em 1995, a Associação Civil Universidade Solidária articula e implementa projetos e ações sociais de universidade brasileiras, em parceria com empresas públicas e privadas, organizações do Terceiro Setor e comunidades;
- ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS foi criada em 1999 pela - Central Única dos Trabalhadores;
- FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2003 com a realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma

de Lutas aprovadas naquela oportunidade, Quanto à organização e funcionamento, integram o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária:

- a) Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características:
 - a. Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.);
 - b. Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
 - c. São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
 - d. Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo à existência real;
 - e. Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
 - b) Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;
 - c) Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, programam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.
- ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão, teve suas origens em meio à conjuntura política e econômica do Brasil do início da década de 90, momento de abertura do mercado nacional ao internacional e apogeu da chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e a substituição da força humana pela automação.

Como possui também outras instituições preocupadas com seu fortalecimento:

- ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, é um programa de extensão universitária que tem como foco integrar a pesquisa, ensino e extensão na busca de soluções práticas e inteligentes para a redução da pobreza e exclusão social na perspectiva do desenvolvimento e do empoderamento comunitário. Essas soluções são chamadas hoje de Tecnologias Sociais (TS) que, no caso da Incubação de Cooperativas e Empreendimentos Populares, são marcadas pela união dos conhecimentos acadêmicos com a sabedoria popular, na perspectiva de se consolidar padrões tecnológicos capazes de serem replicados em larga escala;
- Unitrabalho - É uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação;
- SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária, surgiu em 2003 quando o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do

Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho;

- Cáritas - A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, que discutem formas de intervenção do Estado para a construção de políticas públicas com vistas ao seu fortalecimento e sua viabilidade como alternativa efetiva de geração de trabalho e renda.

Com tantas instituições de apoio, pesquisadores e acadêmicos envolvidos e uma Secretaria Nacional norteando a busca de caminhos eficazes, as pessoas em situação de vulnerabilidade social, pelo desemprego e falta de escolaridade exigida pelo mercado formal de trabalho encontraram nos empreendimentos solidários uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em atividades com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento regional pelo estabelecimento de acordos, parcerias, apoio da sociedade civil, pergunta-se qual o papel das políticas públicas relacionadas à Economia Solidária.

EID (2004) questiona se as políticas públicas estarão reproduzindo as relações históricas da caridade e do assistencialismo buscando novamente controlar os movimentos sociais ou irão no sentido de construir a cidadania através da autonomia e da emancipação e se é possível a implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, para o desenvolvimento da economia solidária, sem reproduzir o assistencialismo tão impregnado nas políticas sociais no Brasil.

O município, como âmbito do Estado e do governo, vem sendo cada vez mais demandado pela população a dar respostas que vão além das suas competências tradicionais ou instituídas em lei, neste sentido o fomento à Economia Solidária deve ser encarado como uma das estratégias para o combate à pobreza e exclusão social.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo será promover uma discussão teórica sobre o estabelecimento de políticas públicas municipais de fomento a Economia Solidária. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa exploratória que se baseia em uma pesquisa empírica, de base qualitativa que compreendeu duas cooperativas populares localizadas no Vale do Paraíba Paulista, onde foram utilizados os instrumentos de observação e análise documental do processo de constituição e funcionamento de cooperativas populares de reciclagem de resíduos sólidos.

2. Políticas Públicas

Políticas Públicas são ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei. Não se pode falar em política pública fora da relação entre estado e sociedade. Ela compreende tudo o que o Estado faz ou deixa de fazer: o investimento, os segmentos beneficiados ou excluídos pelos serviços. Nessa compreensão, as políticas públicas podem oportunizar a melhoria da qualidade de vida da população redistribuindo renda, ou

pode privilegiar setores dominantes da sociedade aumentando ainda mais a concentração da renda e da desigualdade social.

Os governos investiram os recursos públicos no fortalecimento dos setores privilegiados da sociedade (infra-estrutura para indústrias e grandes investidores, modernização das indústrias que substituem máquinas por trabalho humano, altos financiamentos para alguns setores...). Separaram a economia da sua dimensão social.

Como as políticas públicas não contemplam a todos, são necessárias políticas sociais para garantir os direitos básicos aos que não estão contemplados no projeto capitalista neoliberal. Diretamente devem beneficiar 1/3 da população brasileira que está abaixo da linha de pobreza. Hoje esses direitos sociais estão afirmados na Constituição de 1988 (Art. 6º): “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados.

Devem-se ter políticas públicas claras, estabelecidas em conjunto com os movimentos sociais e com a sociedade, fazendo parte de um planejamento estratégico onde estejam relacionadas: políticas sociais de entrega de dinheiro público durante um determinado período para pessoas necessitadas, enquanto um mecanismo para desafogar pressões da fome. No entanto, estas pessoas deverão estar comprometidas em conquistar a autonomia, enquanto que essa política deverá estar vinculada a uma política de formação de empreendimentos solidários e autogestionários.

Muitos governos têm implantado políticas voltadas para a Economia Solidária e seus empreendimentos; muitos parlamentares discutem, propõem e aprovam leis, tanto nos legislativos municipais, quanto estaduais, focadas no aspecto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda.

3. Uma luta pelo social, reforçando o econômico

Segundo Sachs (2003) existe um conflito entre a própria concepção de políticas sociais e econômicas, como se as duas políticas fossem excludentes e não complementares. No Brasil, durante anos, os governos privilegiaram políticas econômicas que visavam ao desenvolvimento de setores dominados pelos grandes, ao invés de políticas, também econômicas, que promovessem o avanço dos pequenos em situação de vulnerabilidade social.

Pochmann (2004) conclui que no caso da Prefeitura de São Paulo, é importante notar que a implementação de programas emancipatórios, também foi em sentido inverso à tradição econômica, social e política, valorizando a história dos beneficiários. Neste sentido as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários estiveram concentradas em atividades relacionadas à culinária (31,3%), comércio em geral (29,7%), cuidado com idosos (14,1%) e coleta seletiva e reciclagem de resíduos (10,9%).

Gaiger (2004) afirma que os empreendimentos econômicos solidários são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local, o fato de ter a possibilidade de participação no grupo gera um novo espaço de cidadania para seus membros os quais fazem um caminho importante em direção à inclusão social.

Silva (2004) esclarece que deverá haver uma sintonia com a visão de uma política pública que defina com clareza o direito de todas as pessoas à cidadania e, portanto, tendo o direito alienável de participar da riqueza da nação e assim recebendo uma renda básica na medida do possível suficiente para atender suas necessidades. A renda de cidadania garantirá maior grau de opção para toda pessoa estar decidindo qual atividade econômica deseja exercer.

Para combater a desigualdade, se impõe duas frentes de ação: políticas diretas de ataque à pobreza e à indigência e políticas para a geração de trabalho decente, o que demanda uma

vigorosa ação afirmativa em favor dos empreendimentos solidários.

Se as políticas públicas de emprego e de proteção mostram-se insuficientes para corrigir essas desigualdades, especialmente no caso do Brasil, além de atrasadas cronologicamente em relação ao chamado Estado de bem-estar dos países desenvolvidos (AZEREDO, 1998; POCHMANN, 1999), em nível mundial, muitos dos avanços conquistados ao longo do século XX estão sendo reduzidos na esteira da discussão do papel do Estado na regulação da vida econômica (ANTUNES, 1999). É necessária uma forte supervisão do Estado para a regulação dos mercados, que por si só são instituições incapazes de coordenar a sociedade. Estado, Mercado e Comunidade é que podem formar um todo equilibrado em que devem cooperar para conseguir uma coordenação melhor articulada (OFFE, 1999).

4. Possibilidades das políticas públicas e limites de políticas públicas de desenvolvimento local

Como conseqüência, práticas assistencialistas continuam a ser observadas dentro de projetos desenhados para apresentarem potencial emancipatório, risco de descontinuidade dos projetos: no início, as comunidades costumam depender mais das ações governamentais, por isto a mudança na gestão pode acabar com o trabalho desenvolvido. Na maioria das vezes, projetos iniciados ou apoiados pelo poder público são abandonados ou extintos quando o governo é substituído por outro com orientação política distinta, daí a importância de garantir a autonomia destes projetos.

Nas gestões democráticas, uma característica da concepção de poder público como distribuição de renda e indutor do desenvolvimento local é o comprometimento com a redistribuição social do trabalho e da renda e administrar os problemas sociais que o capitalismo deixa atrás de si.

Singer (1998) considera que o lento processo de construção de novas formas de relações econômicas está ligado às demais lutas dos trabalhadores, inclusive políticas, mas entende que o modo socialista de produção não se tornará dominante por uma vitória política dos trabalhadores:

“Nós temos que parar de apostar apenas na luta política, por mais que ela seja importante. Eleições para o executivo, criação de maiorias parlamentares, avanço dos direitos humanos, dos direitos dos trabalhadores, do direito dos consumidores, e mil outras lutas políticas são passos igualmente importantes se um dia quisermos um outro tipo de sociedade. Mas isso tem que andar paralelo com a autogestão. Não se pode condicionar a autogestão à vitória política. E eu tenho um argumento a mais: se criarmos uma autogestão protegida pelo Estado, ela jamais será competitiva e não será eficiente. Na primeira derrota política afunda”.(SINGER, 1998)

Quando governos procuram estimular a formação de empreendimentos solidários entre desempregados passando por requalificação profissional, ou moradores de favelas inseridos num programa de renda mínima – é preciso que a proposta não seja imposta ao grupo, mas sim apresentada como uma das alternativas possíveis. Entretanto, a economia solidária freqüentemente é proposto como única alternativa – muitas vezes menos por conta do quadro de crise social e econômica do que pelas concepções políticas dos agentes (governamentais ou não) que assessoram o grupo.

Outra dificuldade em estabelecer de cima para baixo é a ênfase no fortalecimento dos laços solidários e das práticas democráticas. O estreitamento dos vínculos coletivos depende

claramente de um longo processo de construção e reconstrução das relações de grupo, ou seja, depende de tempo, e o tempo do mandato governamental em geral não observa as mesmas exigências de tempo da cooperativa.

Na verdade, o maior problema não é tanto propor a Economia Solidária como única opção (em geral, a proposta é bem aceita pelos grupos), mas impor um tempo para a obtenção de resultados – o que deriva do tempo do governo, com ritmo de trabalho e exigência de resultados visivelmente diferentes do tempo necessário para a incubação de um grupo composto por pessoas com pouca experiência prévia em organização coletiva. Por isso, as diferenças de tempo também trazem o risco de interferir de forma negativa na construção de autonomia coletiva.

De acordo com Andriolli (2002), se o cooperativismo, por um lado, reproduz a lógica da terceirização ou da precarização das relações de trabalho, por outro, passa a ser um importante instrumento de resistência ao atual contexto de exclusão. O reforço à organização dos trabalhadores desempregados por meio da ação integrada dos governos com entidades da sociedade civil permite, no mínimo, que se amenizem problemas de grande parte da população que se encontra despossuída de meios e conhecimentos para superar sua condição de excluídos.

A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem à instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

De acordo com Vieira (2005), as possibilidades são as seguintes: vontade política e comprometimento do governo com um desenvolvimento inclusivo; articulação e integração das políticas urbanas; articulação e integração das políticas urbanas; autonomia local e descentralização político-administrativa.

No mesmo trabalho informa como dificuldades: fatores macroeconômicos; falta de recursos para investimentos e principalmente falta de formação e informação sobre objetivos e metodologias dos programas. A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem à instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas

Seguramente, o apoio a esta iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

Oferecendo uma contribuição crítica as políticas públicas de fomento a economia solidária Cruz (2002) afirma que o poder público, como agente executor das políticas públicas tenha as condições técnicas e políticas necessárias e um corpo técnico que:

- Esteja comprometido com os princípios da economia solidária;
- Possua a diversificação técnica necessária para capacitar os cooperados aos fundamentos nas áreas de conhecimento necessárias para o funcionamento de iniciativas de economia solidária: gestão democrática e participativa; dinâmicas de grupo fundadas na solidariedade; direito do trabalho, comercial e civil; administração e engenharia de produção; contabilidade; fluxo de comunicação interna; propaganda e marketing; conhecimentos especializados no ramo específico de trabalho da iniciativa; formação política; elevação da escolaridade formal; aperfeiçoamento tecnológico do empreendimento.

As principais políticas públicas brasileiras são construídas sobre o paradigma do desenvolvimento de Sen (2000) quando escreve que as liberdades substantivas deveriam ser consideradas elementos constitutivos do desenvolvimento, e não serem estabelecidas a posteriori dentro de um processo de crescimento do PIB ou da industrialização que inclui a questão da sustentabilidade como um espectro mais amplo de atuação para os diferentes atores sociais.

5. O estabelecimento de políticas públicas nos empreendimentos analisados

Na construção deste tipo de política o poder público corre necessariamente atrás da parceria. Isto porque, como se tratam de políticas muito recentes, os gestores públicos vão buscar legitimidade no próprio campo dessas organizações que são aquelas instâncias que possuem efetivamente legitimidade nesta realidade. Tais articulações podem até revelar certo grau de fragilidade em muitos casos, em razão do próprio grau de fragilidade na organização dos atores sociais em certas realidades – ainda pouco institucionalizadas. Constata-se desse modo, conforme discutiremos adiante, a construção de uma política em processo, que carece de legislação, de recursos de toda ordem e de ampliação da sua rede de articulação e legitimidade social

Cooperativa “Amigos do Lixo” de Guaratinguetá

O Projeto da “Cooperativa Amigos do Lixo” nasceu da síntese de dois projetos sociais. Um deles, elaborado pelo engenheiro André Luiz de Paula Marques, técnico da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá e especialista em tratamento do lixo urbano, buscava realizar um programa integrado de gestão dos resíduos sólidos para Guaratinguetá. Isso significava, entre outras coisas, a introdução da coleta seletiva para a reciclagem em toda a cidade e a transformação do “lixão” em um aterro sanitário.

O outro projeto, elaborado pela psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal, Ana Marina Lourenço Pereira de Almeida, colocava em evidência a preocupação com a situação social dos catadores do “lixão” e dos que trabalhavam na rua, sem, contudo esquecer a dimensão ambiental do tratamento que o município vinha dando ao lixo.

Apesar de terem sido elaborados por pessoas diferentes, os projetos se complementavam em seus objetivos. Por isso, seus autores iniciaram uma série de reuniões com vários representantes de setores importantes da sociedade civil buscando viabilizar um projeto comum e legitimá-lo do ponto de vista social com a adesão de setores externos a administração pública.

Dessa forma, elaborou-se um projeto para a coleta seletiva de lixo com a finalidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores e iniciar um processo de participação de toda a comunidade na preservação do meio ambiente.

Antes estigmatizados como “catadores” que perambulavam pelas ruas da cidade e pelo lixão do município em busca de sustento em condições desumanas, essas pessoas são atualmente conhecidas como agentes ambientais. Foi preciso apenas capacitá-los profissionalmente e conscientizá-los a respeito da preservação ambiental. Resultado: os agentes ambientais estão organizados, capacitados, identificados e uniformizados, trabalhando sob o sistema de cooperativa.

Atualmente a Cooperativa desempenha um papel importante no município, justificando o apoio de diversas entidades, entre elas a Moradia e Cidadania que, por meio do Comitê Regional do Vale do Paraíba, contribui para atingir os objetivos dos cooperados na ampliação das regiões atendidas e na qualidade do material coletado, refletindo diretamente na renda das famílias envolvidas.

Os cooperados administram sozinhos todas às finanças da Cooperativa, e adquiriram dois veículos: um caminhão e uma Kombi, um terreno no bairro do Campinho e diversos equipamentos que são utilizados para segurança na coleta e armazenamento do lixo. E ainda estão os cooperados participando do Projeto Amigo – PSH (Programa de subsídio habitacional), onde trabalham nas horas vagas para a construção de sua casa própria, numa parceria entre Prefeitura Municipal, SAAEG, Caixa Econômica Federal e mutirantes.

Em 2006 foi criado o projeto "Vivendo e Aprendendo", que está sendo desenvolvido numa parceria entre Cooperativa Amigos do Lixo, Fundo Social de Solidariedade e FEG/Unesp, para a inclusão dos filhos de catadores do lixo.

Em 2006 foi realizada a implantação do Centro Sensorial de Geração de Renda e Educação Ambiental, para atender portadores de necessidades especiais, através da fabricação artesanal de papel e do desenvolvimento de atividades de sensibilização e conscientização ambiental. Os participantes foram selecionados entre os integrantes da Cooperativa Amigos do Lixo, alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e da Escola Municipal “Maria Aparecida Broca Meirelles” sendo todos alunos especiais.

Em 2007 foi sancionada a Lei Municipal nº 3.921, de 3 de abril de 2007, que reconhece como de Utilidade Pública a “Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá”, este importante passo proporcionou à Cooperativa condições para receber recursos de órgãos dos governos federal, estadual e municipal e atingir seus objetivos de sustentabilidade.

Em junho de 2007 a diretoria do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social, autorizou a concessão de colaboração financeira não reembolsável, em favor da Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá, no valor de R\$ 639.067,00, a ser provida de recursos do fundo social do BNDES, no âmbito do apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis, destinada a melhorar a produtividade e eficiência da cooperativa visando ao seu fortalecimento, observado o quadro de usos e fontes aprovado pelo BNDES para o projeto.

A linha de financiamento prevê a concessão de crédito para obras e reformas em galpões, coberturas para carregamento e descarregamento de fardos, cozinha, vestiários, banheiros, salas de reunião, treinamento e informática, entre outros. Também são financiadas a aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, bem como assistência técnica e capacitação de cooperados.

A inserção da Cooperativa Amigos do Lixo nesse financiamento foi possível graças ao Contrato de Concessão do serviço de coleta e reciclagem assinado com a Prefeitura de Guaratinguetá.

Neste caso, as Políticas Públicas ficam evidentes, no envio de um Projeto de Lei à Câmara Municipal. O Projeto de Lei reflete um problema identificado e escolhido entre tantos outros. A solução proposta ou a política selecionada revela a percepção e os valores do executivo. O ato de enviar a legislação para a Câmara Municipal, depois de analisar as possíveis alternativas, demonstra uma decisão, resultado de um processo de análise, eliminação e escolha (seleção). Em seguida, a legislação é executada ou implementada. Encerra-se, assim, o Ciclo de Políticas Públicas, que pode ser seguido de uma avaliação das Políticas adotadas ou não.

Cooperativa de Produção “Re-Si-Clando de Taubaté

O Projeto Re – SI – Clando foi desenvolvido pelo Lar Irmã Amália, entidade beneficente (registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança/Adolescente; na Coordenadoria Estadual de Fomento da rede de Assistência Social da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; no Conselho Estadual dos Direitos da Criança/ Adolescente e

Conselho Nacional de Assistência Social, com Certificado de Fins Filantrópicos) .

Em 1998 com o agravamento da crise de trabalho dos pais das crianças assistidas, optou por desenvolver um projeto de inclusão na área de reciclagem, que gerasse renda para as famílias e proteção para o meio ambiente. Neste sentido buscou junto ao Poder Público Municipal a cessão de terreno, parcerias com empresas e entidades para a construção do galpão e demais condições para o início das atividades. Discutido na Agenda 21 (Fórum Ambiental Municipal) teve como resultado em 15/Março/2000 a implantação da Coleta Seletiva em 5 bairros da cidade com destinação dos resíduos para o Galpão de Triagem.

Os equipamentos utilizados são cedidos pela Cáritas Diocesana em contrato de comodato que estipula uma taxa mensal de R\$ 200,00.

O início dos trabalhos foi possível tendo por base o cadastro das pessoas que sobreviviam da coleta de sucatas. De início o projeto beneficiava 18 pessoas que trabalhavam na triagem dos resíduos e recebiam um salário mínimo mensal: ganho mensal, recolhimento da contribuição do INSS, 1 cesta básica, 3 refeições diárias, acompanhamento psicossocial e prioridade para a matrícula dos filhos na creche e no projeto para adolescentes.

Contava ainda com a participação de entidades/ grupos e comunidades que desenvolvem atividades esportivas, de assistência social ou de saúde e que vêm obtendo através da coleta de materiais condições financeiras para suas despesas bem como a participação dos usuários no processo de promoção humana.

O projeto ainda colaborava com o Conselho da Comunidade e Poder Judiciário possibilitando a reintegração de 15 pessoas que cumprem penas alternativas através da prestação de serviços para a comunidade.

Para o desenvolvimento das atividades teve como apoiadores: Organizações Não Governamentais, Prefeitura Municipal, Universidade, escolas públicas e privadas, Órgãos Públicos Municipais, Federais e Estaduais, como também condomínios residenciais.

Em outubro de 2007 o sonho da concretização de uma cooperativa foi realizado, e atualmente conta com 28 cooperados, mantém todos os apoios e firmou novas parcerias com supermercados, *Shopping Center*, Diretoria Regional da Estadual da Educação.

A autogestão e sustentabilidade são exercidas na sua plenitude pelo fato da cooperativa exercer sua autonomia em todos os aspectos, não permitindo ser cooptada por ninguém.

A Prefeitura Municipal de Taubaté participa ativamente da Cooperativa de Produção Re-Si-Clando com a cessão de uso do terreno, por meio de Decreto Lei autorizou o uso do imóvel onde se situa a sede da cooperativa, empresta um caminhão com motorista para coleta, como também assume o combustível e manutenção do veículo, apesar de não ter uma política pública estabelecida em programa de governo.

Considerações finais

O estabelecimento de políticas públicas de promoção social provou ser fator de suma importância para o desenvolvimento dos empreendimentos analisados, porque com o apoio governamental as ações fluem com maior facilidade e a sociedade civil será envolvida de forma natural.

Porém, a diversidade desses programas é muito grande, indo desde o fomento ao chamado “empreendedorismo” individual e coletivo, passando pela criação de cooperativas de trabalho, bancos do povo e até o de empresas autogeridas. Muitos desses projetos procuram estar identificados à emergente Economia Solidária, como é o caso das políticas públicas implementadas por algumas gestões do Partido dos Trabalhadores. Porém, dada a

heterogeneidade dos programas de geração de trabalho e renda, que variam conforme a orientação política dos governos municipais, estaduais e mesmo federal, as cooperativas de trabalhadores têm servido para diferentes fins.

No estudo realizado, pode-se constatar que as cooperativas populares representam saídas válidas para a questão do trabalho. Entretanto, fomos levados a acreditar que o papel do cooperativismo, embora possa em tese ser preservado (resgate da autonomia do trabalho, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de serem seus próprios patrões), na prática, sofre as adaptações exigidas por uma realidade bastante diferente daquela que proporcionou o seu surgimento.

Cabe ressaltar que às políticas públicas espera-se apoiar e fomentar a economia solidária como política de governo, que perpasse a miopia dos mandatários periódicos e que seja garantida de forma permanente até a maturação do empreendimento e a sua conseqüente autogestão independente, uma dos maiores desafios para uma população desassistida e excluída pelas elites durante tantos séculos.

Referências.

ANDRIOLLI, A. I. **Cooperativismo uma resistência a exclusão** – Revista espaço acadêmico nº 19 ano II –Disponível em www.espacoacademico.com.br acesso em 03.07.2008

AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira**. Coleção teses e pesquisas. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998, 297 p.

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às Políticas Públicas de apoio a Economia Solidária**. Artigo originalmente apresentado como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001/II, Disponível em www.itcp.unicamp.br/downloads/ext_doc4.doc Acesso em 18/07/2007.

EID F. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/UNEMAT2004.pdf> Acesso em 19/07/2008.

GAIGER, L. I. (org.) **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

OFFE, C. **Reforma do Estado e trabalho**. In: NABUCO, M. R. e CARVALHO NETO, A. (org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte, IRT/PUCMG, 1999, p. 47-68.

POCHMANN, M. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, Dec.2004, vol.7, p.81-91. ISSN 1516-3717. Disponível em <<http://www.scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php> acesso em 03.07.2008

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. Contexto, São Paulo, 1999.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Terras, 2000.

SINGER, P. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIEIRA, A. C. M., **Políticas Públicas de Implantação de Cooperativas Populares – Limites, Possibilidades e Desafios**. In II ENEDS Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 16 e 17 de Novembro de 2005

